

14 DEZ 1991

Econ. Brasil

Um enredo imoral

CORREIO BRAZILIENSE

Josemar Dantas

Já agora os elementos essenciais da crise brasileira, no centro da qual fulguram os ácidos da desintegração econômica, evoluíram para o teatro das relações morais. Não exatamente por causa dos escândalos no manuseio de recursos públicos, que estes sempre existiram desde que o almirante, há 491 anos, embicou as suas caravelas no rumo de Porto Seguro. Mas pela desenvoltura, dir-se-ia debochada, com que, desde 15 de março de 1990, se pratica os mais deslavados atos corruptivos no âmbito da administração oficial. E, também, *last, but no least*, pelo assombroso número de ostensivas negociatas denunciadas pela imprensa e confirmadas em investigações posteriores.

Antes, havia um certo cuidado em ocultar no *bimbo* das formas operacionais obíquas o descaminho de dinheiros públicos, em trabalho laborioso de desvios quase imperceptíveis. É certo que a impunidade consagrou-se, como agora, em regra imutável. Mas o afrouxamento dos laços morais sempre colhia, da autoridade supostamente investida de competência para apurar bandalheiras, protestos de censura e promessas de punição rigorosa para os delinquentes.

Agora, perplexa, a sociedade testemunha uma *insólita* mudança nos hábitos oficiais. Aqueles que, por dever previsto em lei, suportam os ônus da responsabilidade pessoal pela conduta das estruturas de nível político e devem responder, eventualmente, por culpa *in elegendo e in vigilando*, tomam a imediata defesa dos atos inquinados de irregulares. Só depois, após destilar ódio bilioso contra os denunciante, na maior parte dos casos, a imprensa, confessam a existência de operações fraudulentas, não antes, seguramente, das denúncias terem sido irreplica-

velmente comprovadas. Assim foi, como em diversos outros, no episódio mal-cheiroso resultante de superfaturamento na compra de 22 mil e 500 bicicletas, algo prosaico se não tivesse sido ruinoso à bolsa magra do contribuinte.

Nesse espantoso processo de deliquescência dos valores éticos, a mentira, os contorcionismos retóricos para encobrir a realidade, a farsa, os expedientes ardilosos de favorecimentos ilegais tornaram-se rotina na vida nacional. A feição das formas usurárias tão ao gosto de Monsieur Grandet projeta-se o saneamento das contas públicas pela emissão de um pacote fiscal capaz de aditar às disponibilidades do erário algo em torno de 12 bilhões de dólares. É do Congresso a responsabilidade pela aprovação de semelhante ajuste, — a ser completado com eventual e drástica economia nos gastos públicos, — que sairá, como sempre, das receitas insuficientes dos assalariados, pois o sistema produtivo sem dúvida transferirá os ônus da nova carga fiscal para os preços.

Enquanto isso, Monsieur Grandet, paradoxalmente perdulário, autoriza o Banco do Brasil a renegociar a dívida de 2 bilhões de dólares de usineiros, vencida há dez anos, em suavíssimas prestações a serem resgatadas em 20 anos. Mais ainda. Fez aprovar no Congresso Nacional a concessão de incentivos fiscais aos exportadores, com efeito retroativo, para livrá-los do pagamento de débitos pendentes da ordem de 4 bilhões de dólares.

No mais, a orgia de gastos, de que são exemplos as centenas de escândalos na administração de recursos, é hialina demonstração de que não havia necessidade alguma de aumentar as disponibilidades do Estado à custa do debilitado contribuinte. Um corte nos proveitos da imoralidade e a cessação de favorecimentos ilícitos seriam suficientes.